



[Introdução]

A questão do patrimônio histórico se apresenta como fator substancial dentro do universo da Arquitetura e Urbanismo. Segundo a historiadora Françoise Choay, a palavra "patrimônio histórico" remete a uma instituição e ao mesmo tempo a uma mentalidade. No Brasil, para a arquiteta e urbanista Ana Lúcia Meira, na sua dissertação, O passado no futuro da cidade, a questão do patrimônio se inicia a partir da década de 1920 com a institucionalização de iniciativas de defesa do patrimônio em estados como Pernambuco e Bahia. Representantes do pensamento de vanguarda da época possibilitaram a intensificação da cultura de preservação patrimonial ampliando ações a nível federal, até a criação, em 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e com a promulgação do Decreto-lei 25 – a lei de tombamento nacional, no mesmo ano. Por tombamento, entende-se, segundo Paulo Afonso Leme Machado, mestre e doutor em direito ambiental, a inscrição de um bem em um dos Livros do Tombo existentes no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa prática vem sendo realizada a nível federal no Brasil pelo IPHAN, que na sua trajetória 1937-2010 já tombou cerca de 1010 bens, incluídos em quatro livros tomo.

[Objetivos]

- Apresentar um quadro geral dos reconhecimentos no país.
- Mostrar a distribuição físico-espacial desses bens no território nacional.
- Falar das linguagens mais frequentes.
- Dizer dos usos, dos materiais e técnicas mais comuns.
- Colaborar com as questões acerca do reconhecimento do patrimônio histórico, artístico e paisagístico brasileiro.
- Apoiar as atividades de extensão e, sobretudo, de ensino nas áreas da Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo, do Paisagismo e das Técnicas Retrospectivas.
- Esclarecer acerca das questões patrimoniais, contribuindo para a formação de uma mentalidade digna de uma sociedade que esteja atenta às questões que encerram a prática de preservação do seu patrimônio.

[Metodologia]

- Elaboração do levantamento - com base no banco de dados "Noronha Santos"
- Busca da respectiva iconografia através da internet.
- Tabulações e os respectivos cálculos das frequências que se pretende obter através dos resultados levantados.
- Análise dos resultados obtidos.
- Além da revisão bibliográfica, o levantamento e os respectivos quadros e reflexões terão como base, em especial, os bens contidos em três livros: o Histórico, o de Belas Artes e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

[Resultados e Discussões]

- Até o momento se tem como resultado a finalização do levantamento dos imóveis e de suas respectivas iconografias.
- A pesquisa segue dentro do cronograma.
- Espera-se comprovar ou não a existência de linguagens e/ou distribuições físico-espaciais mais privilegiadas.
- Identificação de possíveis fases no tombamento desses bens na trajetória do IPHAN e dentro do contexto histórico-social em que se estabelecem as práticas de preservação patrimonial no Brasil.
- Expor resultados, apoiando as atividades de extensão e ensino na área da Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo, do Paisagismo e das Técnicas Retrospectivas.

[Referências Bibliográficas]

CHOAY, Françoise. A Alegria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2006.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Arquivo Noronha Santos. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em 19 jul. 2010.

ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte Como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BENEVILO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 2009.

